

CORREIO
ECONÔMICO

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL



Brasil deixará de importar 900 mi de litros de gasolina por ano

CNPE eleva de 30% para 32% teor de etanol na gasolina por 180 dias

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou, na terça, o aumento temporário de 30% para 32% no teor obrigatório de etanol anidro misturado à gasolina. Válida por 180 dias, com possibilidade de prorrogação, a medida visa a reduzir a dependência brasileira de combustíveis fósseis importados. Segundo o Ministério de Minas e Energia, a resolução permitirá que o Brasil deixe de importar 900 milhões de litros de gasolina por ano e leva em conta a instabilidade do mercado internacional de petróleo e combustíveis, “marcado pela volatilidade no abastecimento global”.

“Nesse contexto, a utilização de uma maior parcela de etanol produzido no país busca reduzir a dependência de combustíveis fósseis importados e possibilitar a maior presença desse biocombustível na matriz energética brasileira”, disse a pasta.

Novo teor deixa gasolina R\$ 0,03 mais barata

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou nesta terça-feira (14) que a elevação temporária do teor de etanol anidro obrigatoriamente misturado à gasolina deve reduzir o preço do litro do combustível em R\$ 0,03. O percentual de álcool vai aumentar de 30% para 32% a partir de 1º de agosto.

“Barateia em R\$ 0,03 [o litro], mas, principalmente, diminui a nossa dependência da importação de gasolina”, disse Silveira.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Mistura obrigatória entrará em vigor em 1º de agosto

IBGE prevê safra de 347,4 milhões de toneladas

A estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a safra de cereais, leguminosas e oleaginosas deste ano é de 347,4 milhões de toneladas. O volume é 0,4% maior do que a do a colheita ano passado, o que representa mais de 1,3 milhão de toneladas a mais do que a de 2025, que foi de 346,1 milhões de toneladas. Os dados foram divulgados nesta terça-feira (14). Segundo o IBGE, a área a ser colhida é de 83,2 milhões de hectares, com aumento de 1,6 milhão de hectares frente a 2025, um crescimento de 1,9%.

Para a soja, a estimativa é de 174,8 milhões

Em relação ao mês anterior, a área a ser colhida apresentou declínio de 60.985 hectares (-0,1%). O arroz, o milho e a soja são os três principais produtos deste grupo, que, somados, representaram 92,8% da estimativa da produção e respondem por 87,4% da área a ser colhida.

Para a soja, a estimativa de produção foi de 174,8 milhões de toneladas.

Restituição do IRPF I

A Receita Federal começará a pagar o lote especial de restituição automática do imposto de renda para pessoa física (IRPF), a partir desta quarta-feira (15). De acordo com o Ministério da Fazenda, a estimativa é de aproximadamente 3,5 milhões de contribuintes recebam cerca de R\$ 460 milhões em restituições no total.

Restituição do IRPF II

A consulta sobre essa restituição (também conhecida por cashback) pode ser feita por meio do portal da Receita Federal no link Meu Imposto de Renda ou pelo aplicativo Receita Federal.

O dinheiro será creditado diretamente na conta vinculada à chave Pix do tipo CPF do contribuinte.

Suspensão das dívidas I

O Conselho Nacional de Política Energética aprovou na terça uma resolução que reconhece como de interesse público a suspensão dos pagamentos das dívidas da Usina Termonuclear Angra 3. O reconhecimento do conselho foi motivado por um pedido que a Eletronuclear fez para que seus credores, o BNDES e a Caixa.

Suspensão das dívidas II

Responsável por construir a terceira usina da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, em Angra dos Reis (RJ), a Eletronuclear era uma subsidiária da Eletrobras, companhia energética estatal privatizada em junho de 2022. A partir daí, tornou-se uma subsidiária da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional.

Safra de grãos I

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) ajustou a estimativa para a safra de grãos 2025/26. No levantamento divulgado nesta terça-feira (14), o 10º do atual ciclo de produção agrícola, a estatal projeta produção de 360,1 milhões de toneladas. O volume é 0,4% superior à expectativa que a companhia divulgou há cerca de um mês.

Safra de grãos II

Se alcançados, os 360,1 milhões de toneladas representarão alta de 2,2% em relação à produção da temporada passada, com a colheita de 7,8 milhões de toneladas de grãos a mais. Segundo a Conab, a perspectiva é resultado, principalmente, da expansão da área plantada, pois a produtividade média nacional das lavouras deve se manter estável.



O texto também cria a obrigatoriedade para operações de transporte

MP com novas regras do piso do frete é aprovada no Senado

Medida prevê penalidades mais rigorosas para transportadores

Da Redação

O Senado Federal aprovou nesta terça-feira (14) a Medida Provisória (MPV) 1.343/2026, que reforça os mecanismos de fiscalização e punição para transportadores que desrespeitarem o piso mínimo do frete no transporte rodoviário de cargas.

A proposta também estabelece a obrigatoriedade do cadastramento das operações de transporte terrestre, por meio da emissão do Código Identificador da Operação de Transporte (CIOT), ampliando o controle sobre o setor.

Com a aprovação pelos senadores, a medida segue para sanção presidencial. O objetivo é fortalecer a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas, criada em 2018, garantindo maior transparência nas operações e oferecendo mais segurança jurídica aos caminhoneiros autônomos e às empresas do segmento.

Entre as principais mudanças está a previsão de penalidades administrativas para transportadores e contratantes que não observarem os valores mínimos estabelecidos para o frete. A fiscalização também será reforçada com a obrigatoriedade do registro das operações

de transporte, permitindo maior rastreabilidade dos contratos e facilitando a atuação dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

O texto aprovado determina que todas as operações de transporte rodoviário de cargas sejam cadastradas, com emissão obrigatória do CIOT. A medida busca coibir fraudes, aumentar a formalização do setor e assegurar que os contratos cumpram as regras previstas na legislação.

A MP foi editada pelo governo federal em março e passou por alterações durante sua tramitação no Congresso Nacional. Na Câmara dos Deputados, o texto recebeu um substitutivo que ampliou os mecanismos de fiscalização do piso do frete e incorporou outros dispositivos relacionados ao transporte rodoviário de cargas. No Senado, a proposta foi aprovada dentro do prazo de vigência da medida provisória.

A expectativa é que as novas regras contribuam para reduzir a concorrência desleal entre transportadores, aumentar a transparência na contratação dos serviços e garantir maior efetividade ao cumprimento do piso mínimo do frete, uma reivindicação histórica dos caminhoneiros autônomos.